

Geografia do Neoliberalismo

Zeno Soares Crocetti*

Resumo

Neste trabalho analisamos o neoliberalismo como sistema político mundial, ou seja, uma tentativa de se legitimar como neoimperialismo, que se alimenta na conquista de territórios. É um ataque velado e radical contra os mecanismos de controle do Estado, imposto pelo Mercado, ou seja pelo Império Estadunidense. Prega liberdade total de comércio, sem limitações. Essas políticas já foram denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, econômica e política, sua mensagem é drástica apesar de suas boas intenções, o projeto de administração moderada do Estado imposta via Consenso de Washington aos países da periferia do sistema capitalista, possivelmente conduzirá ao mesmo desastre que o Nazismo Alemão, ou seja, a servidão moderna.

Palavras-Chave: Geografia econômica, imperialismo, neoliberalismo, paradigmas e Liberdade.

Abstract

In this work we analyzed the neoliberalism as world political system, in other words, an attempt of legitimating as neoimperialism, that feeds in the conquest of territories. It is a veiled attack and radical against the mechanisms of control of the State, imposed by the Market, or be for the American Empire. He/she/you nails total freedom of trade, without limitations. Those politics were already denounced as a lethal threat to the freedom, economical and political, your message it is drastic in spite of your good intentions, the project of administration of the State moderated imposed through Consent of Washington to the countries of the periphery of the capitalist system, possibly it will lead to the same disaster that the German Nazism, in other words, the modern servitude.

Key Words: Economical geography, Imperialism, Neoliberalism, Paradigms and Freedom.

* Diretor da AGB-Curitiba, professor de geografia na UNIBEM.
Recebido em em 15/04/2004. Selecionado para publicação em 15/05/2004.

“O espaço tornou-se uma escala da reprodutividade capitalista, ou seja, uma espacialidade socialmente gestada no tempo tecnicamente empiricizado dentro de um espaço-mundo. Globalização! Por isso a mídia pauta o cotidiano, e domina os movimentos.”

Zeno Crocetti, Reestruturação Produtiva no Paraná. 2001.

O neoliberalismo, como sistema político hegemônico mundial, é na realidade o neoimperialismo, que se alimenta na conquista de territórios. O fim da Guerra Fria, não significa, de maneira alguma, que o mundo tenha superado a bipolaridade e reencontrado a estabilidade, sob a hegemonia dos Estados Unidos. Pois, se há um vencido, é difícil nomear o vencedor. Os Estados Unidos? A União Européia? O Japão? Os três juntos?

A derrota do "império do mal" abre novos mercados, cuja conquista pode provocar uma nova guerra mundial.

O globalitarismo, essa Nova Ordem Mundial, regrediu no tempo e no espaço, essa estranha modernidade, que dá dois passos para frente, três para trás. Esse início de milênio assemelha-se mais aos séculos bárbaros precedentes do que ao futuro racional, descrito por tantos romances de ficção científica. Pois, centenas de países e nações, riquezas e, sobretudo, uma imensa força de trabalho disponível aguardam seu novo patrão. Única é a função de mestre do mundo, numerosos são os candidatos. Vem aí uma nova guerra entre os que pretendem fazer parte do "império do bem".

Ela tem início logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, na Europa, depois nos EUA, onde o capitalismo imperava com maior vigor. Ele surge como reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem estar. Sua tese original é o texto de Friedrich Hayek, O Caminho da Servidão, datado de 1944.

É um ataque velado e radical contra os mecanismos de controle do Estado, imposto pelo Mercado. Prega liberdade total de comércio, sem limitações, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, econômica e política. Sua mensagem é drástica apesar de suas boas intenções, o projeto de administração moderada do Estado imposta via Consenso de Washington aos

países da periferia do sistema capitalista, conduzirá ao mesmo desastre que o Nazismo Alemão, ou seja, a servidão moderna.

Hayek inconformado com o avanço do Estado de Bem-estar na Europa, em 1947 convocou alguns simpatizantes de sua orientação ideológica para uma reunião na Suíça. Entre os participantes estavam também inimigos declarados do (novo programa) – *New Deal*, estadunidense. Nesse encontro se fundou a sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de Franco-maçonaria Neoliberal, corretamente organizada e dedicada. Seu objetivo básico era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases do novo capitalismo, duro e livre de regras.

Nesse período, (1945-60), o mundo vivia sua idade do ouro, apresentado o crescimento mais rápido da economia. Por razão, a polêmica contra a regulação social tem uma receptividade maior, e Hayek e seus companheiros pregam que o novo igualitarismo deste período, promovido pelo Estado de Bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência. Desafiando o consenso oficial da época, eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo – Na realidade imprescindível em si pois disso precisavam as sociedades ocidentais. Essa tese permaneceu na teoria Neoliberal por mais de 20 anos.

Com a crise do petróleo de 1973, que levou o mundo a uma bruta recessão, combinando com baixas taxas de crescimento da economia aliados a altas taxas de inflação, pela primeira vez abriu-se caminho para as idéias Neoliberais, que passaram a ganhar maior visibilidade. As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento social organizado, que corroeram as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários, e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez os gastos sociais.

Os salários e os encargos sociais destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que levaram a uma crise geral das economias capitalistas. O remédio era claro; manter o Estado forte? Sim, mas só na sua capacidade de romper e esmagar o poder dos sindicatos e o controle do dinheiro, mas sem ação e fraco para intervenções

econômicas e gastos sociais. Mas isso só terá sucesso com estabilidade monetária, inflacionária, que irá garantir as bases do intervencionismo Neoliberal.

Para a implantação dessas idéias, era necessária uma disciplina orçamentária com os seguintes objetivos:

- diminuição crescente até a total contenção dos gastos sociais;
- aumento da taxa de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalhadores para quebrar os sindicatos e permitir o arrocho salarial;
- reformas fiscais, redução de impostos sobre os rendimentos mais altos, sobretudo os que incidem sob o lucro.

Sendo assim, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, que naquele momento (1973-78) estavam às voltas com uma estagflação, resultados das políticas de Keynes, ou seja, a intenção anticíclica de redistribuição social - as outras haviam desgraçado o mundo normal da acumulação e do livre mercado. Dessa maneira, a economia cresceria quando da estabilidade monetária (fim da inflação) e dos incentivos essenciais para retomada do desenvolvimento e da modernidade.

O modelo neoliberal levou mais de uma década para ser implantado, pois a maioria dos países europeus adotava a cartilha keynesiana. O pioneiro do modelo foi o Chile que, sob a ditadura militar de Pinochet, no início dos anos 70, começou de modo avassalador, com desregulamentação econômica, profissional, desemprego em massa, repressão sindical, concentração de renda em favor da elite, privatização de bens públicos, e tudo isso inspirado no modelo neoliberal estadunidense de Milton Friedman.

O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação da mais cruel e violenta ditadura militar do pós-guerra.

Hayek, explicava que a democracia em si mesma, jamais havia sido um valor central do neoliberalismo. A liberdade e a democracia, explicava, podiam facilmente tornar-se incompatíveis, se a maioria demográfica decidisse interferir

nos direitos incondicionais de cada agente econômico, se decidissem dispor de sua renda e de sua propriedade como quisessem. Esses processos destruíram os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e de Beveridge.

Nesse sentido o Chile na periferia do sistema capitalista se transformou numa espécie de experiência-piloto para o Neoliberalismo dos países centrais. É bom lembrar que na Europa ocidental, o ideário do neoliberalismo andava meio arranhado, e só foi possível implantá-lo devido à crise econômica gerada pelo petróleo, nos fins dos anos 80.

A IDEOLOGIA

Com esse processo, ganhou espaço uma nova ideologia – o novo liberalismo, que se constituiu em uma hegemonia no plano mundial. O liberalismo enquanto formulação político-ideológica já existia antes das grandes transformações em curso, particularmente no que diz respeito à globalização da economia e à reestruturação produtiva. Mas foi no contexto destas transformações que o neoliberalismo conquistou espaço e reconquistou a sua posição. Para Therborn,

"(...) o neoliberalismo é uma superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica do capitalismo moderno" [1995, p. 39].

No debate acadêmico há um consenso de que é o neoliberalismo que informa as principais políticas econômicas em curso e que o modelo Keynesiano de capitalismo reformado e o modelo socialista clássico estão em crise.

"O neoliberalismo é um projeto sério e racional, uma doutrina coerente e uma teoria vinculada e reforçada por certos processos históricos de transformação do capitalismo. É uma doutrina, pelo menos de fato, conectada com uma nova dinâmica tanto tecnológica e gerencial quanto financeira dos mercados e da competição" [Therborn, 1995, p. 182].

Para Anderson,

"Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século passado" [Anderson, 1995, p. 22].

Para Therborn, o neoliberalismo precisa ser compreendido no contexto histórico das grandes mudanças nas relações institucionais entre o Mercado e o Estado e entre as Empresas/Mercado [Therborn, 1995, p. 139-40], essa mudança não é fruto de uma política ou de uma ideologia econômica, mas trata-se de uma mudança que tem por trás a força de uma configuração bem complexa. Neste sentido:

"(...) essa mudança tem dado alento à força ideológica dos partidos e dos intelectuais neoliberais, mas não é um efeito produzido por estes". (Therborn, 1995, p. 140).

Para o mesmo autor, o neoliberalismo está se esgotando enquanto projeto ideológico e político, e a "expectativa de sua continuidade se assegura apenas nos seus laços de articulações com o gigantesco processo de mudança estrutural em curso no mundo capitalista". [Therborn, 1995, p. 141]

Anderson contesta esta posição, para ele só é possível falar em uma hegemonia neoliberal hoje porque as políticas econômicas são definidas por esta doutrina. Nesse início de século XXI, apenas o neoliberalismo se apresenta como "proposição intelectual efetiva para o ordenamento das economias capitalistas modernas" [1995, p. 149]. Para afirmar que o neoliberalismo está superado é preciso que haja outra doutrina substituindo-o, o que não ocorre, pelo contrario "o neoliberalismo foi e é uma doutrina completa e coerente" [1995, p. 148], possuindo uma força formidável do ponto de vista intelectual. A formulação neoliberal tem em Hayek o responsável pelo desenvolvimento de uma epistemologia completa e coerente, enquanto Friedman "era mais um técnico e um propagandista".

No contexto da concorrência internacional, que promoveu o "surgimento, pela primeira vez de um mercado genuinamente mundial" onde as empresas estão perdendo o poder dos mercados individuais; e os Estados perdem o poder regulador sobre as economias nacionais, e vão em direção da doutrina teórica do neoliberalismo que "valoriza sistematicamente o papel do mercado às

custas do Estado e também das grandes empresas" [cf. Anderson, 1995, p. 147]. É esse portanto o "processo subjacente de mudança estrutural-histórica na própria natureza do capitalismo, (...) que tem escorado e possibilitado o sucesso ideológico do neoliberalismo" [Anderson, 1995, p. 147].

Borón, que prefere conceituar este momento como o da "emergência de uma nova etapa de capitalismo competitivo, com um novo papel e uma nova dinâmica para os mercados" [1995, p. 160], também considera que esse processo não é fruto de um projeto ideológico e político determinado, mas é neste contexto que o neoliberalismo emerge como uma corrente particular.

A expansão do neoliberalismo "significou o triunfo de um projeto de recomposição reacionária do capitalismo que atraiu para si todas as forças da burguesia internacional" [Borón, 1995, p. 172]. O livro *Freedom to choose* de Friedman, num espaço de 3 a 4 semanas foi lançado em 90 países, simultâneo ao lançamento de um vídeo e da uma turnê mundial do autor, dentro de um projeto político articulado, que considerava inclusive a derrota do socialismo e o enfraquecimento do movimento operário. Isto mostra o grau da hegemonia neoliberal e explica o seu efeito de impacto mundial [Borón, 1995, p. 172].

Para Borón o neoliberalismo resume o senso comum imposto pelas classes dominantes de nossa época que tem por base idolatria ao mercado; a demonização do Estado; exaltação da empresa privada; e o "darwinismo social de mercado" que aparece como desejável e eficaz [Borón, 1995, p. 158]. Sader

[1995] compreende o neoliberalismo como um modelo hegemônico: "uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas" [p. 146] que enquanto processo transcendeu os limites econômicos e se transformou "no senso comum do nosso tempo" [p. 147]. Sader aponta que um dos resultados do avanço do neoliberalismo é o processo de reprivatização das relações de classe (que estavam fortemente permeadas pelo Estado).

Anderson traça um paralelo com o marxismo, que enquanto doutrina forte foi a inspiração original dos partidos social-democratas. "Não podemos subestimar o poder das idéias" [Anderson, 1995, p. 166]. Embora haja uma conexão entre o neoliberalismo forte e as versões mais difusas dessa ideologia, que são mediadas por dirigentes políticos que ocupam posições de poder e que têm

uma forte formação teórica em Hayek e Friedman tais como: Miguel Bouer e Carlos Solchaga, estrategistas econômicos do PSOE na Espanha; na Suécia social-democrata, Feldt o ministro de Finanças; Vaclav Klaus da Republica Tcheca, que vive citando Hayek; Roberto Campos (que ainda possuiu grande poder decisório no Brasil, certamente leu Hayek); Fernando Henrique Cardoso, (certamente leu Hayek e Friedman); e Mário Vargas Llosa (do Peru, que se confessou admirador de Hayek e Friedman, ao próprio Anderson) [Anderson, 1995, p. 166].

Há de se diferenciar a doutrina neoliberal mais consistente e elaborada da versão maquiada, isto é, da “nova economia” em execução em alguns países, mas é importante assinalar a forte conexão entre ambas. "Há (...) uma relação funcional entre o espaço teórico mais amplo e o espaço domesticado, datado, onde as idéias se traduzem em medidas práticas" [Anderson, 1995, p. 165].

Portanto, há duas versões de neoliberalismo: uma "dura" e outra "branda" [Fernandes, p. 54-6]. A versão "dura" é fruto da ideologia original do neoliberalismo, que define o mercado como regulador eficaz da economia e solução para todos os problemas fundamentais da modernidade, justificando que toda intervenção estatal é danosa. Este projeto no original não é aplicado em nenhum país do mundo [Fernandes, 1995, p. 54].

Nessa mesma linha Laurell [1995] elabora um modelo explicativo ao neoliberalismo, onde o fundamental é construir um novo padrão de acumulação do capital, que necessariamente passa pelo desmonte das instituições do Estado de bem-estar.

A primeira vertente deste modelo é a supressão dos direitos sociais, e conseqüentemente desobriga o Estado de garantir o acesso desses direitos a todos os cidadãos [p. 169]. Isto implica em remercantilizar esses bens públicos através da privatização do financiamento e dos serviços [p. 163]. Para o neoliberalismo este modelo permite uma expansão das ações da iniciativa privada. Também está fundamentado que o Estado deve prover com seus benefícios apenas aos que se encontram na condição de indigentes, para os demais, qualquer tipo de benefício deve corresponder a uma contrapartida, como o pagamento ou o desempenho de um trabalho.

A segunda vertente é a redução do gasto social público [p. 169], priorizando a canalização dos recursos sociais para os grupos mais carentes [p. 163] e a descentralização dos serviços, que;

"(...) não tem por objetivo democratizar a ação pública, mas, principalmente, permitir a introdução de mecanismos gerenciais e incentivar os processos de privatização, deixando em nível local a decisão a respeito de como financiar, administrar e produzir serviços"

[Laurell, 1995, p. 174].

O elemento articulador da estratégia neoliberal é a privatização, pois;

"(...) atende ao objetivo econômico de abrir todas as atividades econômicas rentáveis aos investimentos privados, como o intuito de ampliar os âmbitos da acumulação, ao objetivo político-ideológico de remercantilizar o bem-estar social. [Laurell, 1995, p. 167]

Mas outros pesquisadores também concordam que o neoliberalismo foi legitimado pela via democrática. Cabe ressaltar, no sentido de reforçar esta idéia, que os dois governos que aplicaram os modelos neoliberais ferindo o preceito democrático foram Pinochet no Chile e Fujimori no Peru. No Chile, as políticas neoliberais continuam sendo aplicadas pelos sucessores de Pinochet eleitos democraticamente. No Peru, quando as eleições diretas foram convocadas, todos os partidos que se opunham ao modelo neoliberal não atingiram juntos 10% dos votos.

Mas Netto assinala que há um limite para essa legitimação democrática do neoliberalismo; um limite objetivo da "capacidade de tolerância" das massas à degradação das suas condições de vida [Netto, 1995, pp. 31-2]. Pois os falaciosos êxitos sociais do neoliberalismo que promoveram as desigualdades sociais, fizeram emergir traços ideológicos/culturais que serviram de esteio para a xenofobia, os particularismos e as hostilidades étnicas. A "ofensiva neoliberal tem sido, no plano social, simétrica à barbarização da vida societária", há no entanto valores culturais incorporados por largas parcelas da população que podem conter este avanço do neoliberalismo [Netto, 1995, p. 32].

Na América Latina a hiperinflação (apontado por Anderson) se somou à desesperança (apontada por Oliveira) como caldo da cultura que favoreceu a ofensiva neoliberal. Esse processo foi importante, uma vez que a

redemocratização não ofereceu as massas nada além da liberdade política (Netto, 1995, p. 32).

Therborn ainda avalia que as políticas neoliberais têm menor chance nos países "onde os partidos de massas e a sociedade civil são fortes, os políticos tendem a estar enraizados na sociedade civil" [Therborn, 1995, p. 171]. É o caso da social-democracia na Suécia e da Democracia Cristã na Alemanha. Já no caso da Espanha, ocorre o oposto, o neoliberalismo triunfou e o mesmo risco existe na América Latina [Therborn, 1995, p. 171].

O que é, afinal, o Consenso de Washington?

Não se trata de nenhum tipo de maçonaria, nenhum tipo de conspiração internacional, porque muito já publicaram na imprensa, informando que é uma visão conspiratória da história, como se esse consenso fosse uma grande organização clandestina que gerisse ou manejasse os instrumentos de poder mundial.

Então, o que é? Trata-se de uma expressão acadêmica, cunhada por John Williamson, um economista sem grande expressão.

Em 1989, o *International Institute for Economy*, que funciona em Washington, e faz parte de uma rede, – são centros de análise e reflexão de cenários estratégicos onde há intelectuais pensando na perspectiva do poder – a serviço do poder, eles estão ali pensando, a médio e longo prazos, a perspectiva de poder para o seu país.

Washington se transformou na capital do império, do que restou de poder nesse mundo, sendo assim, existem redes que reúne cérebros de altíssima qualidade; esses institutos recebem também, permanentemente, a visita de políticos, de intelectuais e autoridades que circulam pelo mundo, que vão até esses institutos para atualizar suas cabeças, informar-se sobre os últimos dados e, eventualmente, passar alguma informação mais atualizadas sobre as suas províncias. Em outros momentos da história também ocorriam esses centros que pensavam o mundo, e hoje nosso centro do império é Washington.

Pois bem, o Instituto Internacional de Economia em que John Williamson promoveu, em 1989, uma reunião cujo objetivo era discutir as reformas

necessárias para que os países periféricos saíssem da década perdida, da estagnação, da inflação, da recessão, da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento. Nessa reunião, Williamson divulgou um "texto" onde aparecia a expressão, **Consenso de Washington**, os resultados dessa reunião foram publicados em livro em 1990.

Esse livro se espalhou pelo mundo, e com ele essa expressão; **Consenso de Washington**. E, posteriormente, ele mesmo, John Williamson, tentou explicar o que queria dizer com essa expressão: "eu fiz, apenas, uma lista das políticas e das reformas que estavam sendo receitadas e usadas pelos países na América Latina, em conjunto, consensualmente, pelos principais centros e círculos de poder sediados na cidade de Washington".

Em resumo, o que Williamson queria dizer em seu texto, é que a rede onde circulavam essas idéias – era o governo estadunidense, o FMI, o Congresso dos Estados Unidos além da rede de técnicos burocratas que estavam no comando e coordenavam a política econômica mundial, a partir dos EUA, e esse grupo fazia a gestão política da América Latina, isso é, eles que governavam de fato a América Latina, através de suas redes de produção intelectual. E, hoje, aparentemente, de uma maneira hegemônica e integrada, essas redes de institutos e agências (FMI, BIRD, OMC, etc.) atuam em conjunto com as mesmas idéias.

É um fenômeno admirável. As principais burocracias econômicas do Tesouro norte-americano: o FAD, o FMI, o BID, o BIRD, a OMC e, até as Nações Unidas; além da academia que gira em torno de Washington, todos agem em rede receitando os mesmos remédios, afirmou Williamson?

Olho para todos os lados, leio, sinto e percebo que todos estão pensando a mesma coisa, isto é, todos estão propondo a mesma coisa. Há uma forte convergência. E não foi sempre assim, nem sempre foi assim!

Então, essa foi a primeira coisa que Williamson percebeu: "em Washington todos estão pensando que na América Latina todo mundo tem de fazer a mesma coisa". Aliás, não só a América Latina, o Consenso de Washington diz respeito à visão estadunidense sobre a condução da política econômica, para os países periféricos no mundo inteiro, mas, obviamente, de forma muito mais

direta para os países da América Latina que, naquele momento, eram os países mais endividados, e estavam situados embaixo da zona de hegemonia, da supremacia estadunidense. E essa constatação, ele chamou de **Consenso de Washington**. O consenso era esse conjunto de coisas. Congresso, burocracias, burocracias internacionais, aí há um acordo sobre o quê?

Quais eram as idéias do acordo que ele percebia?

- ✓ um plano de ordem macroeconômica, havia um acordo completo entre todas as agências econômicas, que todos os países periféricos deveriam, no momento, serem convencidos a aplicar um programa em que lhes é requerido um rigoroso esforço de equilíbrio fiscal, austeridade fiscal ao máximo, o que passa inevitavelmente por um programa de reformas administrativas, providenciárias e fiscais, e um corte violento no gasto público, principalmente na área social.

Esse era o primeiro pacote: estabilizar é necessário. E para estabilizar, é necessário uma política fiscal austera, com cortes, corte de salários dos funcionários públicos e congelamento de seus salários, demissões, flexibilização do mercado de funcionários públicos, corte das contribuições sociais, reforma da previdência social.

O que é que ele descobria no plano macroeconômico? Há um acordo entre todas essas agências em relação aos países periféricos, no sentido que todos deveriam buscar a estabilização monetária, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

- ✓ segunda coisa que ele percebia, todos pensavam que esses países devem fazer políticas monetárias rigidíssimas, porque a prioridade número 1 é a estabilização e a política fiscal tem que ser submetida à política monetária.

A segunda ordem de propostas e reformas, que estava naquele "consenso", para usar a palavra de ordem deles, são de ordem microeconômica: é preciso desonerar fiscalmente o capital para que ele possa aumentar a sua competitividade no mercado internacional, desregulado e aberto.

Então, o único caminho para as pequenas empresas situadas nos países da periferia entrarem nesse jogo seria o aumento de competitividade, o que

passaria por desoneração fiscal, flexibilização dos mercados de trabalho, diminuição da carga social com os trabalhadores, diminuição dos salários.

- ✓ terceira coisa que o consenso propunha: nada disso será possível se não desmontar radicalmente, o modelo anterior que havia nesses países, um modelo perverso, que funcionou mau, só fez porcarias, que é o modelo de industrialização por substituição de importações.

Nessa direção, quais são as propostas?

As propostas estão no pacote das reformas estruturais, que foram chamadas em alguns países de reformas institucionais e, em outros, de reformas condicionais. Quais são?

- ✓ Primeiro, desregulação dos mercados, sobretudo o financeiro e o do trabalho. E isso já foi feito em quase todos os países da América Latina.
- ✓ Segundo, privatização, de preferência selvagem.
- ✓ Terceiro, abertura total do mercado, liberdade total de comércio.
- ✓ Quarto, garantia do direito de propriedade, sobretudo na zona de fronteira, isto é, nos serviços, propriedade intelectual etc.

Pois bem, a verdade é que o pacote que Williamson descobriu, em Washington, não é difícil de ser identificado. Quer dizer, pelo caminho imposto pela renegociação da dívida externa ou pelo caminho imposto pelas condicionalidades para se conseguir empréstimo no sistema financeiro internacional, a verdade é que os órgãos multinacionais e o sistema bancário privado, progressivamente, colocaram como condição de reintrodução de uma América Latina, que havia sido afastada pela dívida externa do sistema financeiro internacional, que ela só reingressaria ao sistema se botasse em prática essas políticas.

Não se trata propriamente de uma imposição imperial, nem de uma conspiração, trata-se de um condicionamento comercial explícito. Quer dizer, não há confiança para emprestar dinheiro a quem não tenha o orçamento fiscal equilibrado, não tenha uma moeda estável, não tenha economia aberta, os mercados financeiros desregulados, o comércio desprotegido e o Estado diminuído ao mínimo, vocês só têm essa opção para sacar dinheiro novo, é pegar ou largar!

O que Williamson descobriu? Que nos principais centros de poder de Washington, havia-se desenhado um programa compacto de políticas e reformas perfeitamente alinhadas com a política hegemônica dominante dos países centrais, desde o início dos anos 80, isto é, um programa neoliberal de gestão global, ou seja, um projeto de pensamento único, o neoliberalismo ou a morte!

Duas constatações:

- ❖ Surpreendentemente, para quem quiser se debruçar sobre a América Latina, irá descobrir que todos os países estão fazendo a mesma coisa.
- ❖ Esse pacote que esse senhor descobriu, não é nada mais, nada menos, do que a versão construída, nesses organismos internacionais, ou a tradução do programa de idéias neoliberais, que havia sido trazido e hegemônico do Primeiro Mundo, a partir da vitória da dama de ferro no Reino Unido, a Sra. Thatcher.

Mas a questão é: O fundamental não é o Consenso de Washington, mas, sim, o que está por trás de uma época, do mundo hoje?

Que mundo é esse? A época em que venceu e se construiu, do ponto de vista ideológico, a matriz neoliberal, que é paralela à época em que avançou célere o que outros economistas chamam de processo de globalização financeira.

Como se formou essa matriz neoliberal?

Essa, sim, é uma pergunta interessante de se responder. Para responder, é fundamental fazer uma brevíssima retrospectiva histórica, para que possamos acompanhar, minimamente, o movimento decisivo da ascensão política ideológica neoliberal.

Vamos por partes, para descobrir como o consenso keynesiano foi, de repente e, milagrosamente, atropelado e, aparentemente, vencido facilmente, por esse novo consenso, o Consenso de Washington, não há como não retroceder ao momento em que hoje, onde a grande maioria dos analistas e historiadores já consideram batalha vencida, ou seja, para que discutir algo irreversível, algo consolidado, não existe vida inteligente fora do global-liberalismo, não é mesmo!

Inicia pelo governo de Margarete Thatcher no Reino Unido em 1979, logo em seguida Ronald Reagan chega ao poder em 1980 nos Estados Unidos. Já em 1982 Helmut Kohl derrotou o regime social democrático de Helmut Schmidt na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, caiu sob o controle de uma coalizão clara de direita, o governo de Schluter, daí pra frente todo o continente, com raras exceções caíram no neoliberalismo.

Precisamos lembrar que o ideário do neoliberalismo havia sempre incluído, como componente central, o anticomunismo mais intransigente de todas as correntes capitalistas do pós-guerra.

Na Europa, com exceção da Inglaterra, os governos de direita deste período praticaram em geral um neoliberalismo mais cauteloso e matizado que as potências anglo-saxônicas, mantendo a ênfase na disciplina orçamentária e nas reformas fiscais, mais do que em cortes brutais de gastos sociais ou gestões anti-sindical. Contudo, a distância entre estas políticas e as da social-democracia governante anterior já era grande. Países socialistas que resistiram ao modelo, foram obrigados a recuar como a França de Mitterrand, as forças dos Mercados Financeiros Internacionais forçaram o governo socialista de Mitterrand a mudar o curso e se adaptar a uma política muito próxima a ortodoxia neoliberal, com prioridade para a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, concessões fiscais aos detentores de capital e abandono do

pleno emprego. No final dos anos 80, o nível de desemprego na França socialista era mais alto do que na Inglaterra neoliberal de Thatcher.

Qual a avaliação efetiva do neoliberalismo?

Em termos macroeconômicos houveram avanços, principalmente na estabilidade monetária (que breiou a grande inflação);

Aumentou a taxa de lucro de 4,2 nos 70, para 5,6 nos 80 e 8,6/11,4 nos 90;

Essa estratégia amoleceu e derrotou o movimento sindical organizado, com o aumento do desemprego e uma notável contenção de salários;

Aumentou a desigualdades sociais, um dos objetivos fundamentais, da política neoliberal!

Toda essa performance de êxitos foi concebida com um fim histórico, o alavancamento do capitalismo, sua ressurreição e hegemonia mundial (globalização). Nesse aspecto, o quadro se mostrou absolutamente decepcionante. Entre os anos 80 e 90, foi absolutamente um desastre, crescimento nulo.

Por que a recuperação dos lucros não levou a uma recuperação da taxa de investimento, da taxa de crescimento?

A desregulamentação financeira, criou condições mas competitivas para se especular no mercado financeiro, afastando o capital do sistema produtivo, o peso das operações parasitárias (a bolsa virtual) teve um crescimento vertiginoso neste período;

- Com o aumento do desemprego, e o congelamento dos salários, ocorreu uma retração do mercado, ou seja, com as novas tecnologias ocorreu um aumento significativo da produtividade, sem que ocorresse um crescimento de mercado. O mercado permaneceu o mesmo, tendo apenas uma taxa de renovação entre os mesmos consumidores; Outro fator foi que, o aumento das taxas de lucro levou a uma concentração ainda maior de renda, favorecendo um crescimento de um mercado sofisticado de bens, e uma estagnação do mercado formal de bens;

- O paradoxo foi o aumento dos gastos sociais, uma vez que ocorreram um exponencial crescimento de aposentadorias compulsórias, e um elevado gasto com salário desemprego e amparo ao trabalhador;
- Um outro fato foi o aumento da dívida pública em quase todos os países europeus, além de alarmantes endividamento privado das famílias e das empresas, chegando a limites sem precedentes histórico;

O modelo chega a América Latina revigorado na Europa, após o projeto piloto Chileno, nas mãos de Salinas, no México, em 88, Menem, na Argentina, em 89, Andrés Perez, na Venezuela, em 89, Fujimori, no Peru, em 90, Collor, no Brasil, em 90, e se ampliou com FHC, em 94 e implodiu em 2001 primeiro no Peru de Fujimori, depois na Argentina, com os “panelaços” e com o ajuste medíocre o “crrralito”.

O início da superação da crise neoliberal? Do Consenso de Washington ao de Monterrey

Avanço?

- 1998/00 Venezuela; Hugo Chavez;
- 2000 Chile, Ricardo Lagos;
- 2000/01 Peru; Alejandro Toledo;
- 2002 Brasil; Luís Inácio Lula da Silva;
- 2002 Equador; Lucio Gutiérrez;
- 2003 Argentina, Nestor kirchner.

Retrocesso?

2000 Uruguai, Jorge Batlle;

2002 Colômbia; Álvaro Uribe (FARC, etc..)

2002 Bolívia, Gonzalo Sánchez de Lozada, recentemente deposto.

Consenso de Monterrey

Em abril de 2002, no México em Monterrey, se reuniram os donos do mundo, numa espécie de Fórum Econômico Mundial do Centro do Capital, cujo objetivo era o financiamento do desenvolvimento pelas agências multilaterais, (FMI,

BIRD, OMC, o problema é que a ajuda econômica depende de soluções políticas fora do alcance das agências.

Declaração do Milênio;

Pontos estratégicos para superação do subdesenvolvimento;

- 1) Austeridade fiscal (ajuste fiscal) leis de responsabilidade fiscal, controle dos investimentos e gerenciamento do desenvolvimento;
- 2) Austeridade Monetária (estabilidade econômica) reformas tributária e previdenciária.
- 3) Política Cambial (estabilidade cambial, paridade baseada na âncora cambial).

Objetivos e Metas

• Erradicação da fome;

• Educação básica universal;

• Avançar no direito das mulheres;

• Diminuir drasticamente a mortalidade infantil;

• Combate a doenças endêmicas (Sida, malária, sarampo, tuberculose, etc.)

• Proteção ao meio ambiente;

- Ajuda financeira;

Propostas de participação nos fundos de ajuda;

- UE 0,39 do PIB (+- 40 BI US\$)
- Estados Unidos 0,13 do PIB (15 BI U\$) nos anos 80 era de 0,27% 40 BI.

Gestão do BIRD para os parias, (LICUS) Países de Baixa renda sob Tensão; países com dificuldades financeiras, que poderão se socorrer no Banco Mundial, ou no FMI, desde que estejam sob tensão financeira e possam colocar o sistema financeiro mundial em risco, mas para aqueles que seguiram a cartilha neoliberal e quebraram, e que sejam obedientes, submissos ao FMI e

BIRD. Mas só para países organizados, com a economia sob tutela, excluídos países desgovernados e com opinião própria, ou seja, ajuda só aos obedientes, subservientes, nada de eixo do mal.

Consenso do Colorado no *resort* Beaver Creek. Fórum mundial criado em 1981 por Gerald Ford, ex-presidente, onde se reúnem 70 convidados, os donos do mundo, empresários, chefes de governo, banqueiros, presidentes das agências multilaterais como FMI, e Alan Greenspan, presidente do banco central dos EUA, onde se reuniram para apagar o incêndio das fraudes mundiais, ENRON, WORDCOM, XEROX, entre outras. E preocupados com os calotes, e com seu rico dinheiro.

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguiu revitalizar o capitalismo. Mas politicamente e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau impensável para seus fundadores (Friedman e Hayek), uma vez que ele se apresentou como uma idéia simples de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja aderindo ou negando, têm de adaptar-se a seu modelo. Se constituiu numa hegemonia ancorada agora no livre cambismo, ou seja, no liberal-globalitarismo.

Brasil: Neoliberalismo tardio dos anos 90

O modelo começou a ser costurado em reuniões estratégicas patrocinadas pelo Banco Mundial, no rio de Janeiro, em 1987 e 1988, onde técnicos debatiam a melhor estratégia de desgastar o governo Sarney, para jogar o povo (sociedade) contra o modelo de governo vigente nacionalista do PMDB, chegando a propor inclusive atentados (assassinatos) a nacionalistas, planos de estabilização fictícios (plano Verão, Bresser e Collor) que levassem ao esgarçamento do tecido social, a uma hiperinflação, onde qualquer intervenção social, por mais drástica que fosse, tivesse apoio popular, onde todos pudessem acreditar e se sentissem com a alma lavada e com seu dever de patriota cumprido. Mas que mais tarde fossem ludibriados, ofendidos e desrespeitados em sua cidadania, gerando um clima de caos social, de falta de credibilidade, de perda de controle social, na fala de um economista de plantão presente numa dessas reuniões; citado por, Perry Anderson;

"Esperamos que os diques se rompam, precisamos de uma hiperinflação aqui, para condicionar o povo a aceitar nosso modelo neoliberal, nossa medicina deflacionária drástica que falta neste país"

Vários disfarces modernização/globalização

No Brasil – o Frágil disfarce-social-democracia, do Fernando Henrique e seu partido.

Promessa de ingresso no mundo moderno. Neutralidade ideológica permite transitar facilmente e se disfarçar.

Política - Desregulamentação - Privatização - macroeconomia monetarista
Legislação anti-sindical - modernização é inevitável, é um resultado das leis da natureza.

São vontades involuntárias, descoladas e dissociadas do propósito e Poder humano.

Neoliberalismo é um termo cunhado (criado) para se diferenciar do Liberalismo Clássico do Século XVIII – XIX;

Modelos de gestão do estado, nas várias fases do capitalismo

- Capitalismo clássico/Liberal
- Modelo Monopolista
- Modelo de Bem-estar Social
- Modelo neoliberal atual

Alguns dos modelos de Políticas Públicas para administrar o Estado

- 1) (Ordem) Neoliberalismo/Globalizado, política econômica baseada no "pensamento único", globalitarismo, ou seja, na onipotência do mercado, na dominação do mercado, na supremacia do mercado. Cujas gerências administrativa e ideológica estão na mão da elite financeira/empresarial e militar;
- 2) Modelo da esquerda, contrária ao pensamento único, movimento ATTAC, novos/socialistas, etc.;

- 3) Modelo da 3ª Via, à "Nova" esquerda, sociais/democratas, ex-comunistas, médio empresariado, etc.;
- 4) Fundamentalismos; islâmicos, nacionalistas, evangélicos; católicos, etc.;
- 5) Radicais de direita, anarquistas, neonazistas, neofascistas;

Quais motivos inspiram as controvérsias, os questionamentos da Nova Ordem?

A globalização anula a capacidade da ação política; a população excluída e os agentes sociais prejudicados se organizam contra a dominação econômica, e passam a exercer uma cidadania mais plena, exigindo seus direitos; a educação universal com qualidade, direitos culturais, direito à saúde, mais segurança, construindo uma concepção participativa inovadora, não apenas crítica, mais ética, mais social, saindo da passividade contemplativa; outro motivo, é que a ordem institucional atual do *ultraliberalismo*, ou, *global-liberalismo*, é ineficaz, altamente repressiva e usa como tática a desqualificação do interlocutor, pois é alheia às demandas e reivindicações sociais, por distribuição de renda, igualdade social e solidariedade, sendo portanto excludente e concentradora de capital.

Para intervenção na soberania e na autodeterminação dos povos, os liberais tentaram aprovar na rodada do milênio o **AMI** (Acordo Multilateral de Investimentos) tentado em Seattle/EUA, em 1999, na fracassada rodada do milênio, que tinha como objetivo impedir a quebra de contratos assinados previamente, ou seja, garantir direitos futuros entre acordos comerciais, negando o direito do Estado de quebrar acordos abusivos e lesivos ao patrimônio público local. Nessa onda de contestação às investidas do centro do poder, surge na Europa um Fórum contra a especulação, o Movimento **ATTAC** (Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos), uma espécie de CPMF mundial, cujo resultado financeiro da taxa do capital especulativo, deveria ser canalizado para investimentos a fundo perdido em educação, saúde e moradias.

Ocorreram críticas moderadas da chamada 3ª Via, em nível mundial tais como;

Alain Touraine, a mundialização da economia não anula a capacidade de ação política, e não devemos substituir a lógica da Ordem, pela Desordem, mas substituir pela Ordem das ação social e política, ou seja, a ordem da democracia industrial, (hoje democracia da nova economia tecnológica, ou, a versão mais "light", *social-liberalismo*).

Anthony Giddens, (Para além da esquerda e da direita, e seu, 3ª Via.) defende uma mistura de capitalismo de rapina, com social-democracia, com pitadas de socialismo, ou seja, combinar a flexibilidade econômica dos estadunidenses com a proteção social dos europeus, ou na definição do próprio Giddens, "*Marx queria seres humanos verdadeiramente livres, mas foram transformados em delírios vazios. (...) A história por assim dizer chegou ao fim, e o socialismo era uma ponte longe demais.*" Ele questiona a globalização, afirmando tratar-se da transformação do espaço e do tempo. Definindo-a como ação a distancia, e relaciona sua intensificação nos últimos anos ao surgimento da comunicação global instantânea e ao transporte de massa. Ela interfere e transforma as realidades locais e até mesmo pessoais de experiência social.

Francis Fukuyama, o homem do O fim *da história*, onde profetizava o fim das mudanças e dos conflitos ideológicos no mundo, logo após a queda do Muro de Berlim (1989), onde foi pioneiro na exposição e divulgação na nova centralidade do Consenso de Washington, que justamente começaria uma "nova" história, ou seja, a globalização, para ele nos países "pós-históricos" agora ele lançou, *A grande ruptura*, que é uma espécie de mea-culpa, uma tentativa de reconciliação acadêmica a medida que afirma que a globalização só beneficiou os países industrializados, mesmo assim relativizada pela deterioração das condições sociais. Sem falar na crise social e na desnacionalização produtiva dos países subdesenvolvidos, em síntese, os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres. Ele tem defendido com intransigente o "laissez-faire", deixe fazer, sem intervenção, e mercados auto-regulados; e no plano político e ideológico, têm lutado pelo fim das fronteiras e soberanias econômicas nacionais. Onde hoje existem dois caminhos, um na esfera política e econômica, a *democracia liberal como* única alternativa viável para as sociedades tecnologicamente avançadas, que se sustenta sobre três

conceitos fundamentais; um de natureza histórica (a grande ruptura), outro, de natureza analítica (capital social), e o terceiro, de natureza utópica (a grande reconstrução). Para ele nesse final de século os benefícios do mercado, do individualismo e da informação vieram acompanhados de um aumento da ausências de leis sociais, ou seja, da exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 09-23.

ANDERSON, Perry. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 139-180.

BENKO, Georges. Economia Espaço e globalização. (na aurora do século XXI) : São Paulo-SP, Hucitec, 1996.

BENKO, Georges. Organização econômica do território: algumas reflexões sobre a evolução no século XX. In: SANTOS, Milton et. all (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo-SP: HUCITEC, 1995. pp. 51-71.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 63-118.

CHESNEAUX, Jean. Modernidade-Mundo. 2ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

CHOMSKY, Noam. A Minoria Próspera e a Multidão Inquieta. 2ª edição. Brasília-DF: UnB, 1997.

CHOMSKY, Noam. Os Caminhos do Poder. Porto Alegre-RS: ArtMed, 1998.

CROCETTI, Zeno Soares. Globalização, tecnologia, neoliberalismo e poder. Curitiba-PR: Revista Paranaense de Geografia n.º 02, pp. 31-39. Editora: Letra das Artes, 1997.

CROCETTI, Zeno Soares. Neoliberalismo: O caminho para Servidão. Curso ministrado no Evento "De olho no Mundo" em Telêmaco Borba-PR, novembro de 1999. Curitiba-PR, 1999, fotocopiado.

FERNANDES, Luís. Neoliberalismo e reestruturação produtiva. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 54-61.

FIORI, José Luís. Estados e moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991. São Paulo-SP: Editora: Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. A era do Globalismo. 2ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Civilização Brasileira, 1997.

LAURELL, Ana Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995. pp. 151-178.

MAMIGONIAN, Armen. Marxismo e "Globalização": As origens da Internacionalização Mundial. In: SOUZA, Álvaro José de et. all (org.). Milton Santos Cidadania e Globalização. Bauru: Saraiva, 2000. pp. 95-100.

Moreira, Ruy. O Paradigma e a Ordem (genealogia e metamorfoses do espaço capitalista). Bauru: Ciência Geográfica nº 13, 1999. pp. 31-44.

NETTO, José Paulo. Repensando o balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 29-34.

RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo, Editora Ática, 1993, 269p.

SADER, Emir. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós

neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 139-180.

SANTOS, Milton. Espaço & Método, São Paulo-SP: Nobel 1985.

SANTOS, Milton. O retorno do Território. In: SANTOS, Milton et. all (org.). Território globalização e Fragmentação. São Paulo-SP: HUCITEC, 1995. pp. 15-20.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço, São Paulo-SP: HUCITEC, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. A Farsa do Neoliberalismo. 5ª edição. Rio de Janeiro-RJ: Graphia, 1998.

STROHAECKER, Tânia Marques et. all (org.). Fronteiras e Espaço Global. Porto Alegre-RS: Edições AGB, 1998.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir & GENTILE, Pablo (org.). Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 39-53.

VIRILIO, Paul. Velocidade e Política. São Paulo-SP: Estação Liberdade, 1996.

CENTRO DE ESTUDOS EM
GEOPOLÍTICA & RELAÇÕES
INTERNACIONAIS